



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

**DESINFORMAÇÃO E NEGAÇÃO DO RACISMO: UMA ANÁLISE DA NARRATIVA RACISTA DA
DITADURA NO BRASIL E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL**

***DISINFORMATION AND DENIAL OF RACISM: AN ANALYSIS OF THE RACIST NARRATIVE OF
THE BRAZILIAN DICTATORSHIP AND THE MYTH OF RACIAL DEMOCRACY***

Sophia de Aguiar Vieira – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Rodrigo Moreno Marques – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O artigo apresenta um recorte de uma pesquisa em andamento que tem como objeto o mito da democracia racial na ditadura militar no Brasil (1964-1985), narrativa que velou a existência do racismo no país. O objetivo central desta investigação é analisar o discurso do regime militar sobre a pauta racial e, especialmente, a presença nele da desinformação representada pelo referido mito e como ela se tornou uma cortina de fumaça sobre o racismo estrutural e sobre a violência racista cometida pelo regime. Para atingir tal objetivo, adotou-se a Análise Social do Discurso de Fairclough e a concepção tridimensional do discurso como instrumentos para analisar o informe de referência nº 0204 produzido pela CISA-RJ (Centro de Informações da Aeronáutica – Rio de Janeiro). No *corpus* da pesquisa, a desinformação atrelada às disputas narrativas evidencia que o mito da democracia racial fortaleceu e criou relações institucionais específicas que marginalizavam a cultura afro brasileira e deslegitimavam a luta antirracista no Brasil, fortalecendo a necropolítica contra a população negra.

Palavras-chave: desinformação; racismo, ditadura militar; mito da democracia racial, análise do discurso.

Abstract: This article presents an excerpt from ongoing research that focuses on the myth of racial democracy during the Brazilian military dictatorship (1964-1985). This narrative hid the existence of racism in Brazil. The main objective of this investigation is to analyze the discourse of the military regime on the racial agenda and, especially, the presence of misinformation represented by the myth and how it became a smokescreen for structural racism and racist violence committed by the regime. To achieve this objective, the research adopts Fairclough's Social Discourse Analysis and the three-dimensional conception of discourse in order to analyze the document nº 0204 produced by CISA-RJ (Aeronautics Information Center – Rio de Janeiro). In the research corpus, the misinformation, which is linked to narrative disputes, reveals that the myth of racial democracy has strengthened and created specific institutional relationships that have marginalized Afro-Brazilian culture and have delegitimized the anti-racist struggle in Brazil, strengthening necropolitics against the black population.

Keywords: disinformation; racism; military dictatorship; myth of racial democracy; discourse analysis.

1 INTRODUÇÃO

Antes do Golpe de 1964, o debate da questão racial tomava fôlego e as organizações do Movimento Negro entravam em um momento de realinhamento das pautas em torno da agenda política antidiscriminatória com enfoque na promoção da alfabetização e profissionalização da comunidade negra (Horbach, 2020). Todavia, a partir de 1964, com a entrada do Regime Militar e seus dispositivos de controle, a atuação política do Movimento Negro tornou-se praticamente inviável (Abreu, 2021). Para o Regime, a militância negra era qualificada como racismo negro e considerada tensionadora de conflitos raciais. Tendo a defesa do mito da democracia racial como uma das marcas de sua base ideológica, o Regime reprimiu a organização negra durante seus 21 anos de existência (Horbach, 2020).

Nesse contexto histórico, a informação e a desinformação eram instrumentos de manipulação de massas, usados para a obtenção de vantagens em conflitos sociais, políticos e econômicos. Conforme argumenta Abreu (2021, p. 30), “A discussão sobre o arcabouço ideológico da Ditadura mostra que a construção e a regulação das mentalidades foi pilar imprescindível na sustentação do regime autoritário que durou 21 anos”.

Porém, no âmbito da justiça transicional, o extrato social composto pela população negra permanece marginalizado e invisibilizado. São escassas as pesquisas que abordam a situação do negro no Regime Autoritário brasileiro (Conceição, 2016). As atividades políticas do Movimento Negro no período não têm sido amplamente compreendidas como tipologia dessa resistência, apesar de que críticas à Ditadura foram uma das bases da agenda desses grupos. De forma semelhante, são extremamente escassas as análises sobre como a população negra do país foi afetada pelo Regime (Abreu, 2021) e sobre o discurso desinformativo e ideológico de cunho racista.

Este artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica e documental que tem como tema a desinformação como instrumento de violência racial na Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). O objetivo central desta investigação é analisar o discurso do Regime Militar sobre a pauta racial no Brasil. O presente relato toma como *corpus* o informe de referência nº 0204/CISA-RJ, produzido pelo Centro de Informações da Aeronáutica do Rio de Janeiro (CISA-

RJ) e difundido pelas agências do Serviço Nacional de Informações (SNI).¹ Investiga-se, na narrativa desse acervo, especialmente, a presença da desinformação representada pelo mito da democracia racial e como ela se tornou uma cortina de fumaça sobre o racismo estrutural e sobre a violência racista cometida pelo Regime. Os resultados da pesquisa revelam o peso da memória e das interpelações discursivas nos processos de construção política e histórica do Brasil.

2 DESINFORMAÇÃO, MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A NEGAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL

O conceito de regime de informação refere-se a um modo de produção informacional predominante em uma sociedade. Ele representa os indivíduos, as organizações, as normas e as autoridades responsáveis pela circulação da informação, bem como os “recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição” (González de Gómez, 1999, p. 27)

Em uma formação social, os contextos normativos se correlacionam constitutivamente e interdependentemente com o regime de informação historicamente vigente. As regras e normas nunca se restringem às esferas privadas e as ações de informação só têm sucesso caso os agentes que as realizam tenham em comum, ao menos, alguns códigos, normas e regras (González de Gómez, 2017).

Durante a Ditadura Militar, para que as ações de comunicação e informação transmitissem os signos desejados pelo Governo Federal, fez-se o uso de três tipos de desinformação naquele regime (des)informacional então vigente: (i) a censura, que ocultava e proibia o acesso a informações públicas e conteúdos²; (ii) a disseminação por instituições

¹ Informe: Racismo Negro no Brasil. Produzido pelo CISA-RJ (Centro de Informações da Aeronáutica – Rio de Janeiro). Disponível no Fundo Arquivo Nacional/Memórias Reveladas: BR DFANBSB VAZ.0.0.34984 (Brasil, 1976)

² Ripoll e Matos (2020a), ao definirem desinformação, relacionam essa noção à ausência da informação. Nestes termos, a censura também se torna desinformação por se opor ao ato de informar. Submetido à censura e ao processo de restrição de acesso à informação, o sujeito não acessa o contraditório, a discussão e os diferentes pontos de vista que a pluralidade informacional pode trazer, prendendo-o em uma bolha e, no caso da Ditadura Militar, em uma espiral do silêncio.

governamentais de mentiras escancaradas³, como no caso do assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI⁴; e (iii) a distorção da realidade por meio de discursos e campanhas político-ideológicas⁵.

As três formas de desinformação foram instrumentos empregados na repressão contra a pauta racial durante a Ditadura Militar brasileira. Essa mediação social do discurso desinformativo, que promove o mito da democracia racial, revela o que Marx e Engels (2007) denominam como determinações concretas da história e relações objetivas de classes, sob o crescente predomínio do modo de produção, circulação e exploração capitalista. Nesse sentido, a desinformação, tomada como um subproduto do capitalismo, revela-se como uma estratégia na luta de classes para criar consensos populares a partir da ideologia (Rihan; Sette, 2021).

A ideologia promove uma falsa consciência que distorce a realidade das relações econômicas e sociais, com o objetivo de negar a subjetividade do sujeito para que ele aceite condições de submissão e opressão impostas por uma classe dominante (Marx; Engels, 2007). Durante a Ditadura Militar, instaurada a partir do golpe de 1964, a ideologia dominante se baseava essencialmente na promoção de uma unidade nacional militarizada, racista e individualista. Nesse modelo de nação, a memória coletiva foi moldada de maneira repressiva, visando consolidar uma narrativa única e nacional, que excluía vivências e perspectivas divergentes (Seligmann-Silva, 2022). Essa construção ideológica acabou se tornando uma política de Estado dentro do regime autoritário.

³ A definição relaciona-se com o uso político da disseminação de mentiras escancaradas seguindo a conceituação de *disinformation* de Fallis (2009) que apresenta o fenômeno enquanto mensagem deliberadamente falsa e enganosa com intenção de enganar e de Vignoli, Rabello e Almeida (2021) que denotam que a produção de desinformação objetiva mutilar ou corromper a informação para favorecer interesses políticos, econômicos, de convicções ou valores. Ainda neste sentido, Ripoll e Matos (2020b) retomam Floridi (2010) ao apontar que a desinformação está presente em contextos governamentais e militares, nos quais são adotadas como ferramentas de dominação e resultam em mentiras meticulosamente planejadas e tecnicamente sofisticadas. Vide também Brito (2015).

⁴ Como apresentado no Volume 3 do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014b, p. 1799), apesar da versão sobre suicídio apresentada pela Ditadura Militar, “Vladimir Herzog morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964”. Para relato completo do caso Vladimir Herzog, vide (Brasil, 2014b, p. 1794-1799).

⁵ Tal tipo de desinformação é alicerçado sobre contradições, meias verdades e distorção da realidade. Este conceito pode ser relacionado ao que Bakhtin (2004) define como signo ideológico que se utiliza do discurso para refletir e refratar outra realidade.

Na Ditadura Militar, a ideologia predominante reforçava a imagem de um país oficial, construído por e para brancos⁶. A validação desse discurso cabia ao próprio Estado que se autoneomeou autoridade informacional, que controlava, organizava e distribuía as informações relacionadas à pauta racial por meio de um sistema informacional rigorosamente fechado, sustentado pelo capital de informação⁷.

Essa política de controle informacional tinha como objetivo perpetuar a narrativa hegemônica imposta pelo regime, excluindo e marginalizando memórias dissidentes e experiências contrárias à ideologia oficial. Desse modo, o Estado exerceu seu poder por meio da gestão seletiva, recessiva da informação, consolidando o modelo de nação que interessava à ditadura.

Esse modelo de nação e seu controle informacional tiveram como um dos seus fundamentos simbólicos o mito da democracia racial para mascarar a realidade brutal e material da população negra brasileira no período da Ditadura Militar, quando a memória foi cerceada pela ideologia e por um regime de informação construídos “para o benefício de uma elite minoritária brancoide, presumidamente de origem europeia” (Nascimento, 2019).

O mito da democracia racial constitui relevante aspecto desse regime de informação histórico que, apesar de marcado por um racismo difuso, evasivo, camuflado, assimétrico e mascarado, ainda é, até hoje, implacável e persistente. Assim, ele continua liquidando pessoas de ascendência africana que sobreviveram ao massacre praticado no Brasil ao longo dos anos (Nascimento, 2019).

O mito da democracia racial ganhou força no Brasil a partir da década de 1930, apesar de já haver investidas nessa ladainha desde 1880 com Sílvio Romero em *Introdução à história da literatura brasileira*, Oliveira Viana em *Raça e assimilação*, Artur Ramos em *Os horizontes místicos do negro da Bahia*. É a partir de Gilberto Freyre em *Casa grande e senzala*, lançado em 1933, que esse conceito se consolida (Schwarcz, 2019).

Esse mito enaltece a ideia de uma coexistência harmoniosa entre indivíduos de todas as classes sociais e grupos étnicos. Ele mascara, assim, disparidades sociais para impedir que

⁶ Para melhor compreensão do entrelaçamento do chamado “Brasil oficial” com o racismo estrutural, ler tópico *O Brasil oficial vs. o racismo negro* presente no capítulo 11 do livro *Racismo Brasileiro* de Santos (2022).

⁷ Para Bourdieu, o capital de informação consiste em o Estado poder concentrar, analisar e disseminar a informação. Assim, ele pode determinar quem irá receber a informação (Rodrigues, 2011).

membros de comunidades racializadas percebam os subliminares mecanismos de exclusão dos quais são vítimas sociais (Munanga, 2019). Em outros termos, a falácia do mito da democracia racial tem como cerne dissimular conflitos sociais e mascarar a presença do racismo por meio de um discurso que defende que todos recebem o mesmo tratamento no Brasil. Todavia, a realidade difere do discurso e revela a necropolítica e o racismo estrutural que atravessam a sociedade brasileira. A base principal desse mito é a negação do racismo por meio da ideia de uma miscigenação harmoniosa. Mas, os supostos “casamentos inter-raciais” são, na verdade, resultado do abuso de mulheres negras e indígenas por parte da minoria branca dominante, composta por senhores de engenho, traficantes de escravos, etc. (Gonzalez, 2021, p. 50).

Durante a Ditadura Militar, a população negra compõe a parcela que menos auferiu benefícios econômicos do assim chamado milagre econômico. De acordo com Gonzalez (2020), esse suposto milagre se caracterizou pela denominada tríplice aliança, ou seja, a simbiose entre o Regime Militar, as multinacionais e o empresariado capitalista. Nesse contexto, uma parcela da população foi completamente excluída das benesses econômicas daquele momento histórico brasileiro. Tal parcela era majoritariamente constituída pela população negra que, depois de passar por processo de relativo crescimento entre a década de 1950 e início da década 1960, vivia agora uma fase de empobrecimento devido ao arrocho salarial.

É fato que a Ditadura não criou a desigualdade racial. Mas ela fez uso de mecanismos racistas para defender que no Brasil não havia racismo nem debate racial. A adoção do discurso do mito da democracia racial foi fundamental para a criação de convicções que formaram parte dessa base ideológica da Ditadura. A narrativa de que o Brasil havia conseguido se tornar um país livre do racismo serviu como ferramenta para invalidar o debate da militância negra (Abreu, 2021).

No esforço de negar a existência do racismo no Brasil, o Regime Militar considerava qualquer manifestação política e cultural negra como artigo de subversão previsto na Lei de Segurança Nacional. Para o Regime, a unidade nacional deveria estar acima de qualquer diferença racial. A identidade nacional imposta nesse período foi construída a partir da falsa ideia de que o Brasil era um paraíso racial. Prevalece, assim, o discurso nacionalista em detrimento da devida apreensão das contradições da vida cotidiana e da pluralidade de pertencimentos étnico-raciais debatidos na luta antirracista. O conceito de racismo era

completamente invertido pelo Regime, uma vez que consideravam a luta antirracista como racista por ela evidenciarem que sim, havia distinção racial no país (Abreu, 2021).

Em sociedades de classes multirraciais e racistas, como é o caso do Brasil, a raça tem um uma função simbólica, seja valorativa ou estratificadora. É a partir da categorização de raça que se torna possível distribuir sujeitos em diferentes posições na estrutura de classe, com o intuito de determinar se estão mais próximos dos padrões da classe/raça dominante. Mesmo após a desagregação da sociedade escravocrata, quando ela se transmutou em sociedade capitalista, a definição inferiorizante e desumanizadora do negro perdurou (Souza, 1990).

A população negra constituiu sua resistência ao enfrentar a ideologia colonial e neocolonial de inferioridade das raças, ao se reafirmar culturalmente e ao afirmar seu pertencimento étnico-racial a partir da ancestralidade e da autonomia do Eu. De acordo com Souza (1990, p. 17), “uma das formas de exercer a autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento da realidade”.

No contexto histórico da década de 1970, com a retomada das articulações políticas negras no Brasil, a retomada do Eu, da ancestralidade e a denúncia das violências físicas e epistêmicas realizadas desde o processo de escravização compõem o cenário de lutas. Nesse sentido, Lélia Gonzalez (2022, p. 41) explica:

E é no início dos anos 1970 que vamos ter a retomada do teatro negro pela turma do Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan), em São Paulo, o alerta geral do Grupo Palmares, do Rio Grande do Sul, para o deslocamento das comemorações do Treze de Maio para o Vinte de Novembro etc. No Rio de Janeiro, enquanto isso, ocorria um fenômeno novo, efetuado pela massa de negros anônimos. Era a comunidade negra jovem, dando sua resposta aos mecanismos de exclusão que o sistema lhe impunha. Estamos falando do movimento soul, depois batizado de Black Rio.

Para Nascimento (2019), a luta comum dos povos negros e africanos exige o conhecimento múltiplo e a compreensão recíproca que têm sido sistematicamente negados a populações racializadas. Entretanto, a população negra tem sido obrigada a esquecer sua história e condição. Na lógica colonialista e racista, só há uma opção para o negro brasileiro: desaparecer. Seja por meio da aniquilação, violência direta e morte física ou por meio da força da assimilação e da morte simbólica. O mito da democracia racial se torna uma ferramenta dessa aniquilação ao ser utilizado para mascarar a realidade brutal no Brasil.

2.1 Controle da informação e Serviço Nacional de Informações

Na Ditadura brasileira, a repressão nunca foi exercida por uma só organização. Houve a combinação de instituições distintas, com preponderância das Forças Armadas, além de papéis importantes desempenhados pelas Polícias Civil e Militar, contando também com a participação de civis, que financiaram ou apoiaram as ações repressivas (Brasil, 2014).

O Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Serviço Nacional de Informações (SNI) foram os principais órgãos de difusão do informe analisado na investigação ora relatada. O CISA, órgão subordinado ao Ministério da Aeronáutica, era responsável por

propor ao ministro da Aeronáutica a fixação de normas e procedimentos para as atividades de Informações de Segurança e Contrainformações, e também para a seleção, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal especializado naquelas atividades; orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades de Informações, Segurança e Contrainformações no âmbito do Sistema de Informações da Aeronáutica; produzir e difundir informações internas e de segurança interna no Sistema de Informações da Aeronáutica; como participante do Sistema Nacional de Informações (SisNI), produzir e difundir conforme o estabelecido no Plano Nacional de Informações; além de outras atribuições (Ishaq; Franco; Souza, 2012, p. 86-87).

Já o SNI, era o principal repositório das informações obtidas pelos demais instrumentos da repressão (Comissão Nacional da Verdade, 2014a). Mas, para além do trabalho de coleta de dados, o SNI foi responsável pela produção de ações de inteligência (Brito, 2015); pela intervenção em notícias publicadas sobre o Regime, na imprensa nacional e estrangeira; pela apuração secreta de denúncias de corrupção, em conflitos fundiários e pela espionagem (Rodrigues, 2016).

Essas ações de inteligência foram sustentadas pela prática de documentar as ações repressivas, gerando, assim, uma extensa massa documental produzida pelas comunidades de informação que integravam o SiSNI, um enorme aparelho de vigilância, constituído por diversas instituições e coordenado pelo SNI (Thiesen, 2012, 2013).

Thiesen (2013, p. 3), dialogando com Chirio (2013), explica que ainda é incerto o volume de documentos produzidos no período. Entretanto, “estima-se que cheguem a dezesseis milhões de páginas textuais sobre o período da Ditadura, sem computar-se os

documentos iconográficos e audiovisuais”. Acredita-se que esse volume documental corresponda a apenas à 20% dos documentos recolhidos pelo Arquivo Nacional⁸.

A grande quantidade de documentos é uma característica presente em diversos regimes autoritários em que as práticas de seus agentes repressivos são minuciosamente documentadas para criar provas contra seus inimigos e se auto defender de acusações (Thiesen, 2012, 2013).

De acordo com Ishaq, Franco e Souza (2012), a burocracia por trás do regime de informação da Ditadura definiu tipos de documentos, categorias informacionais, níveis de confiabilidade de dados levantados e a hierarquia de seus redatores. Todas as informações eram minuciosamente analisadas para respaldar as ações cotidianas do regime. Tais informações, após processamento, eram base para a tomada de decisões relacionadas ao planejamento das operações militares e policiais. Os objetivos eram antecipar as ações do inimigo, efetuar prisões de suspeitos, realizar os interrogatórios, desmantelar as organizações armadas e neutralizar os grupos de oposição.

No que se refere a opressão da luta negra no Brasil, os órgãos de inteligência e informação vigiavam cada passo dado pelos militantes negros. Atividades como reuniões, seminários, iniciativas culturais e recreativas, pesquisas acadêmicas, declarações à mídia e outras ações do ativismo negro eram constantemente acompanhadas por órgãos repressivos e registradas em extensos dossiês confidenciais que deslegitimavam e marginalizavam a luta antirracista (Abreu, 2021).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa ora relatada tem caráter bibliográfico e documental. O referencial bibliográfico foi selecionado com o intuito de descrever a conjuntura política do momento histórico que é foco da pesquisa, expor alguns traços do regime de informação vigente da Ditadura Militar e apresentar o discurso da democracia racial como ferramenta desinformativa e de violência racial.

⁸ Os arquivos referentes ao SNI, ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Comissão Geral de Investigações do Ministério da Justiça (CGI) foram recolhidos ao Arquivo Nacional em 2005, cumprindo o Decreto-Lei n. 5.584, de 18 de novembro de 2005 (Ishaq; Franco; Souza, 2012).

O *corpus* documental analisado nesse estudo é constituído por um documento de referência denominado “Racismo Negro no Brasil” (informe n° 0204/CISA-RJ⁹), custodiado no Arquivo Cronológico de Entrada (ACE)¹⁰ do SNI. Tal documento foi selecionado pelos seguintes motivos: O informe é considerado o principal dossiê temático do ACE pelos próprios agentes de inteligência do SNI e dá um panorama geral do posicionamento do regime em relação ao racismo no Brasil. O documento revela traços fundamentais do discurso ideológico da Ditadura Brasileira.

Para a análise documental, foi utilizada a Análise Social do Discurso de Fairclough (2001), que propõe a articulação da análise social textualmente orientada, por meio de conceitos essenciais como discurso, prática social, prática discursiva, texto, poder, hegemonia e ideologia (Chagas; Paula, 2023).

Fairclough (2001, p. 91) considera que o discurso é um modo de ação, ou seja, uma forma do sujeito agir sobre o mundo e sobre os outros, podendo também, por meio do discurso, criar um modo de representação da realidade. Neste sentido, existe uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social em todos os níveis, desde a relação entre classes sociais até relações institucionais específicas. Tal ligação pode ser estabelecida a partir de normas, sistemas de classificação, seja de natureza discursiva como não-discursiva, ou seja, sua determinação estrutural reflete “o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados”. Todavia, o discurso também participa da construção das dimensões sociais, tanto direta como indiretamente (Fairclough, 2001).

A partir do referencial metodológico apresentado, a análise documental realizada desvelou os signos discursivos distorcedores presentes no *corpus* da pesquisa. Apontou, assim, as violências do discurso desinformador, além das manifestações do mito da democracia racial presentes no documento analisado, conforme passamos a apresentar.

⁹ Ministério da Aeronáutica (Brasil, 1976).

¹⁰ Organização de documentos relevantes para um mesmo assunto, pessoa, entidade ou fato. O acervo desse arquivo era constituído por documentos produzidos ou recebidos pelo SNI e os assuntos afins eram reunidos em um mesmo dossiê. O ACE foi adotado por todas as agências do órgão. Os dossiês eram compostos por informes, informações, apreciações, relatórios de informação, estudos de informação, juízo sintético, ofícios e memorandos do gabinete do SNI. Os dossiês eram referenciados por um documento principal escolhido pelos agentes do SNI e continha na sua descrição: tipo, numeração, ano e sigla do órgão (Ishaq; Franco; Sousa, 2012, p. 60).

4 RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL

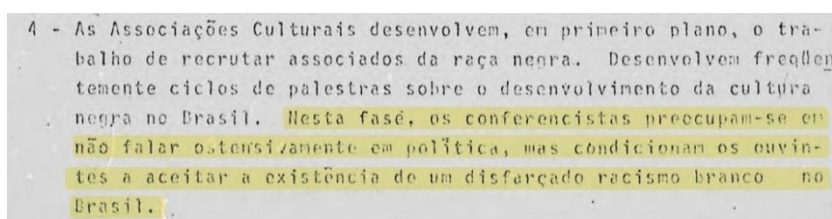
O documento foi difundido para diversas agências e instituições que compunham o SiSNI, dentre elas, o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal (CI/DPF), Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Relações Exteriores (DSI/MRE) e Agência Central (AC) do SNI que difundiu o informe para outras Agências Regionais (AR)¹¹. O documento demonstra a tensão nas disputas pela memória, onde a memória coletiva, diversa e diaspórica é constantemente atacada por grupos conservadores que dominam o regime de informação militarizado com o objetivo de retomar o modelo de nação próximo ao colonialismo.

O documento é repleto de informações de cunho pejorativo e distorcido em relação a luta antirracista no Brasil. Como autoridade informacional sobre qualquer tema do período, inclusive racialidade, a Ditadura construiu seu fluxo de informações sob a espionagem, a distribuição fechada de informações e distorção da realidade, sempre apresentando o outro e o dissidente como perigos a serem monitorados e combatidos. No informe, isso se manifesta na construção da figura do ativismo negro brasileiro como adepto da subversão, do caos e do racismo, já que, de acordo com a ideologia oficial do período, o Brasil era um paraíso racial. Na estrutura do informe, para construção de sua narrativa e complemento da norma burocrática militar, há O informe nº 0204/CISA-RJ, denominado “Racismo Negro no Brasil”, é fruto da espionagem do CISA-RJ sobre organizações e militantes negros do Rio de Janeiro e São Paulo. Trata-se do primeiro documento produzido sobre o tema com a denominação “Racismo Negro”, termo utilizado para distorcer o conceito de racismo, mascarar o racismo brasileiro e culpar a população negra por revoltar-se perante a estrutura racista e denunciar sua opressão. Tal documento foi o informe referência para a criação de informações sobre o tema nas outras regionais do SNI e no próprio CISA-RJ. a minuciosa documentação do monitoramento de instituições como o Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN) e Grupo Olorum Baba Mi e ativistas e teóricos negros como Beatriz do Nascimento, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzales.

¹¹ A Agência Central era responsável por articular as Agências Regionais estabelecidas por todo o país enquanto subordinação delegada e subsistemas estaduais. A AC processava as informações recebidas pelas ARs, as transformava em inteligência e as encaminhava, quando necessário, ao ministro-chefe do SNI (Rodrigues, 2016).

Com o objetivo de apurar a existência de ações, organizações e militantes que abordavam a cultura negra e organizavam a população em torno da pauta no país (Brasil, 1976), o informe utilizava a intertextualidade para marginalizar a cultura afro brasileira e negar a existência do racismo no Brasil, por meio de “uma visão suave, açucarada, das relações entre negros e brancos no país” (Nascimento, 2019, p. 39), como demonstram os extratos a seguir.

Figura 1 – Trecho página 1 do informe nº 0204/CISA-RJ



4 - As Associações Culturais desenvolvem, em primeiro plano, o trabalho de recrutar associados da raça negra. Desenvolvem frequentemente ciclos de palestras sobre o desenvolvimento da cultura negra no Brasil. Nesta fase, os conferencistas preocupam-se em não falar ostensivamente em política, mas condicionam os ouvintes a aceitar a existência de um disfarçado racismo branco no Brasil.

Fonte: Ministério da Aeronáutica (Brasil, 1976, p. 1).

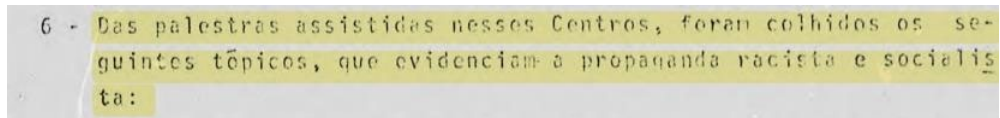
Na frase destacada na figura 3, há duas inverdades: A primeira está localizada na oração: "Nesta fase, os conferencistas preocupam-se em não falar ostensivamente em política [...]". É uma mentira afirmar que a luta antirracista não se relacionava com a luta política no Brasil. A luta negra desde a diáspora se posicionou como uma luta pela emancipação e libertação e se interseccionou com diversas frentes de lutas coletivas. Infelizmente, tal tipologia de desinformação não foi difundida apenas pelo Regime Militar e vigorou também ao longo da transição democrática. Como explica Abreu (2021), as atividades políticas do Movimento Negro no período não têm sido amplamente compreendidas como tipologia de resistência e luta política, apesar de que críticas à Ditadura foram uma das bases da agenda desses grupos durante os anos de chumbo.

Já a segunda inverdade, presente na oração destacada na figura 3, invoca a negação do racismo no Brasil. Ao afirmar que os conferencistas negros "condicionam os ouvintes a aceitar a existência de um disfarçado racismo branco no Brasil", o informe sugere que os ouvintes estavam sendo induzidos a aceitar o que seria uma mentira, o que não é o caso. O racismo, a subjugação de raças em si, foi desenvolvida pelo branco para obtenção de vantagens sociais a partir da colonização, da escravização e da precarização e exploração de corpos e territórios.

Como citado anteriormente, a Ditadura Militar considerava a luta antirracista como racista, uma vez que ela evidenciava que sim, havia distinção racial no país (Abreu, 2021). Para

o Regime, as movimentações dos militantes antirracistas poderiam ser denominadas como racismo negro e tensionadores dos conflitos raciais (Horbach, 2020). É o que demonstra o extrato a seguir (figura 2).

Figura 2 – Trecho página 2 do informe nº 0204/CISA-RJ

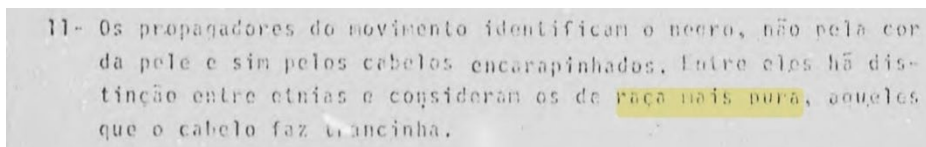


6 - Das palestras assistidas nesses Centros, foram colhidos os seguintes tópicos, que evidenciam a propaganda racista e socialista:

Fonte: Ministério da Aeronáutica (Brasil, 1976, p. 2).

A figura 3 apresenta uma frase onde a desinformação se faz presente no conceito de raça pura, supostamente empregado no processo de reconhecimento entre pessoas negras. Os conceitos de raça e de raça pura advêm do iluminismo e positivismo europeu que inaugura, a partir da revolução francesa, as noções de igualdade, liberdade e fraternidade como direitos universais, mas que restringe sua vigência ao bloco imperialista.

Figura 3 – Trecho página 3 do informe nº 0204/CISA-RJ



11- Os propagadores do movimento identificam o negro, não pela cor da pele e sim pelos cabelos encarapinhados. Entre eles há distinção entre etnias e consideram os de raça mais pura, aqueles que o cabelo faz brancinha.

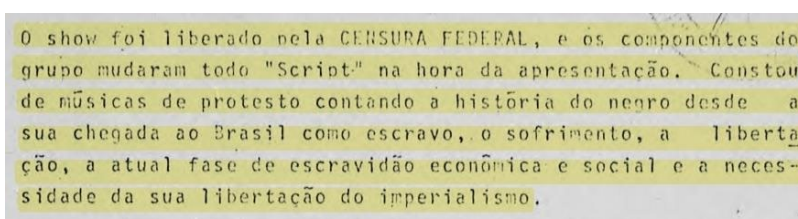
Fonte: Ministério da Aeronáutica (Brasil, 1976, p. 3).

O iluminismo se tornou base das revoluções liberais e da transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista tanto na composição filosófica da razão universal quanto por meio do conceito de civilização. Este novo conceito de civilização, promovido pela revolução francesa, repudiou a revolução haitiana, onde o sujeito revolucionário não era branco e europeu e sim, negro e caribenho. Assim, ao mesmo tempo que o discurso iluminista trazia os ideais de igualdade e fraternidade, havia, na ação efetiva do Estado, o imperialismo brutal que, diante daqueles que não eram considerados civilizados pelo colonizador, escravizava e espoliava. Temia-se que revoluções como a do Haiti, se espalhassem pelo mundo. Assim, o período começa a ser marcado pela classificação de seres humanos e a distinção entre civilizados e não civilizados, que se torna um instrumento do imperialismo para submissão e opressão de populações das América, da África, da Ásia e da Oceania. Ao desenvolver o dispositivo de raça, marginalizou-se e excluiu do mundo o sujeito racializado, considerado não-branco (Almeida, 2019).

Também é preciso acrescentar que as tranças são parte da corporeidade e da cultura negra, sendo um meio sim de identificação, mas de um povo, uma identificação cultural que também perpassa pela afetividade e pela ancestralidade, que há séculos foi negada à população negra. O corpo e a vivência negra também compõem o corpo social e político, além de expressar linguagens, sentidos e valores. Ele é ancestralidade, comunicação e uma força cultural e histórica (Costa, 2022).

No caso do trecho presente na figura 4, nota-se a censura da denúncia e da luta antirracista no Brasil. Neste trecho, o silenciamento é uma ferramenta de violência que Kilomba (2019) define como máscara, numa alusão ao instrumento de tortura utilizado para amarrar a boca da pessoa escravizada, impedindo-a de comer a cana de açúcar e até mesmo de falar. Kilomba (2019) expõe que o colonizador tem um medo apreensivo do que terá que ouvir. Afinal, ele seria confrontado com as verdades de quem ele chama de outro¹². São verdades que foram negadas, reprimidas e guardadas em segredo.

Figura 4 – Trecho página 7 do informe nº 0204/CISA-RJ



O show foi liberado pela CENSURA FEDERAL, e os componentes do grupo mudaram todo "Script" na hora da apresentação. Constatou-se músicas de protesto contando a história do negro desde a sua chegada ao Brasil como escravo, o sofrimento, a libertação, a atual fase de escravidão econômica e social e a necessidade da sua libertação do imperialismo.

Fonte: Ministério da Aeronáutica (Brasil, 1976, p. 7).

A Ditadura Militar, portanto, censurou e silenciou, como no exemplo acima, discussões e apresentações sobre a situação do negro no Brasil, para evitar que o mito da democracia racial fosse confrontado com a realidade concreta que o desmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora relatada aborda a repressão à população negra durante o período da Ditadura Militar brasileira. Ademais, problematiza o discurso desinformativo do Regime Militar sobre a pauta racial no Brasil. Os resultados parciais da investigação revelam que o Regime Militar empreendeu uma ação altamente articulada para deslegitimar a denúncia advinda de organizações negras e intelectuais negros. Essa forma de descredibilização

¹² Sobre o conceito de Outro a partir de dispositivos de racialidade, vide Carneiro (2005).

complexificou a intervenção antirracista na sociedade brasileira uma vez que, reiteradamente, os coletivos negros precisavam desmentir e resistir contra a desinformação que envolvia a pauta racial (Abreu, 2021). Nesse plano, o mito da democracia racial se tornou uma ferramenta de desinformação e subjugação. A negação do racismo no Brasil pelo Regime permitiu o aprofundamento nas violências contra a população negra, seja no plano material como no epistemológico. A desinformação neste contexto foi envolta por uma escancarada camada ideológica distorcedora, que pode ser percebida ao ser confrontada com a materialidade histórica e com a documentação Estatal do período.

Tais documentos, como define Thiesen (2013), são provas, registros e informações que revelam uma longa cadeia de conflitos que envolvem o Regime e seus modos de funcionamento. Entretanto, identificá-los, recolhê-los, processá-los sem uma leitura crítica não é o suficiente, pois, embora se trate de documentos autênticos, eles revelam as ações e percepções dos agentes da Ditadura, não a realidade material da luta de classes no país. Por isso, é preciso “problematizá-los, investigar suas condições de produção e sua natureza” (Thiesen, 2013, p. 12).

Apreender a realidade brasileira nos séculos XX e XXI exige que não dissociemos os processos sociais e históricos da opressão e do aniquilamento aos quais o povo negro foi submetido (Horbach, 2020), tanto durante a Ditadura Militar, quanto em diversos outros momentos históricos no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Gabrielle Oliveira de. **O negro na ditadura**: um estudo acerca da invisibilidade das experiências negras nas narrativas sobre o regime. 2020. 163 p. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2020.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Centro de Informações da Aeronáutica**: Informe n° 0204 / CISA-RJ. Rio de Janeiro: Centro de Informações da Aeronáutica, 1976. p. 1-11.
- BRITO, Vladimir de Paula. **Poder informacional e desinformação**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas

Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Dissertação (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHAGAS, Leonardo Borges Rodrigues; PAULA, Lorena Tavares de. Análise de Discurso Crítica como instrumental teórico e metodológico para a garantia semântica em Linguagens Documentárias. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 28, p. 1–23, 2023.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (Brasil). **Relatório.** Brasília: CNV, 2014a. v. 1.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (Brasil). **Relatório: mortos e desaparecidos políticos.** Brasília: CNV, 2014b. v. 3.

CONCEIÇÃO, Marize. A atuação da militância negra acadêmica pós-1964 e seu legado contemporâneo para a democratização das relações étnico-raciais. **Revista ensaios e pesquisa em Educação**, Nova Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 97 - 105, 2016.

COSTA, Thais Santos. **Os processos simbólicos e de identificação com a ancestralidade afro: as tranças, as trancistas e os salões afro.** 2022. 52 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FALLIS, Don. A conceptual analysis of disinformation. In: CONFERENCE ILLINOIS DIGITAL ENVIRONMENT FOR ACCESS TO LEARNING AND SCHOLARSHIP, 1., 2009, Chapel Hill. **Anais [...].** Chapel Hill: University of North Carolina, 2009.

FIGUEIRÊDO, Andersen Kubnhavn. Ativismo negro em Salvador na década de 1970: imbricações entre política e cultura. **Revista historiari**, Sobral, v. 10, n. 18, p. 247-268, 2018.

FLORIDI, Luciano. **Information: a very short introduction.** Oxford: Oxford University Press, 2010.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A Ciência da Informação no cruzamento de fronteiras. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA IBERO-AMÉRICA E CARIBE, 10., 2016, Belo Horizonte. MOURA, Maria Aparecida; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da (org.). **Anais do [...].** 1. ed. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2017, p. 35-61.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nelida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1999.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. *In*: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG. **Lugar de negro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HORBACH, Ana Laura. Autoria e resistência negra na ditadura civil-militar no Brasil. **Nau Literária**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 158–176, 2020.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão**: 1964-1985. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios do racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, 249 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Feuerbach e história: rascunho e anotações. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer, e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. *In*: ABUD, Cristiane Curi; KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da. **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 33-44.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**: Documentos de uma militância pan-africana. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, Ipeafro, 2019.

RIHAN, Bianca; SETTE, José Raphael. A “infodemia” e a conquista do Estado brasileiro: da ditadura empresarial-militar ao consenso neoliberal. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 1-20, maio 2021.

RIPOLL, Leonardo; MATOS, José Cláudio Morelli. Desinformação e informação semântica: a Filosofia da informação e o pensamento de Luciano Floridi na contribuição à confiabilidade informacional. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 211–232, 2020a.

RIPOLL, Leonardo; MATOS, José Claudio Morelli. O contexto informacional contemporâneo: o crescimento da desinformação e suas manifestações no ambiente digital. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 87–107, 2020b.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257 - 266, 2011.

RODRIGUES, Vicente Arruda Câmara. **Documentos (in)visíveis**: arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil. 2016. 261 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Yanaê Lopes dos Santos. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Editora Todavia, 2022.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. "Da ars memoriae aos estudos de memória pós-coloniais". *In*: SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022. p. 27-112.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graaal, 1983.

THIESEN, Icléia. Documentos "sensíveis": produção, retenção, apropriação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 6, n. 1, 2013.

THIESEN, Icléia. Documentos "sensíveis", arquivos "sensíveis": nem tesouros, nem miragens. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

VIGNOLI, Richele Grengé; RABELLO, Rodrigo; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Informação, Misinformação, desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 26, p. 1–31, 2021.